



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: estudo de caso sobre São Carlos do Jamari e Cavalcante no Baixo Madeira, Porto Velho, Rondônia

Hélio Ferreira de Castro Neto 1º Autor¹
arch.heliofer@gmail.com

Luciana Riça Mourão Borges 2ª Autora²
luciana.borges@unir.br

() Apresentação Oral (GT)

(x) Exposição de Banner

GT pretendido: **GT 9: Pensamento crítico, anti-hegemonias e diversidade na Geografia Política.**

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a organização territorial e socioeconômica das comunidades ribeirinhas de São Carlos do Jamari e Cavalcante, situadas no Baixo Madeira, Porto Velho/RO. O estudo investiga os desafios enfrentados por essas populações, como a falta de infraestrutura básica, a insegurança fundiária e os impactos de desastres ambientais, como a enchente de 2014 e a seca de 2024. Utilizando conceitos de multiterritorialidade, justiça socioespacial e bem viver, a pesquisa busca compreender as relações entre território, identidade e práticas culturais dessas comunidades. O trabalho propõe identificar as condições que dificultam o acesso a políticas públicas eficientes. Destaca-se a importância de integrar as necessidades locais no planejamento territorial, promovendo o respeito pelas práticas culturais e o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades. A pesquisa se fundamenta em visitas técnicas, análise documental e entrevistas com moradores locais, buscando oferecer diretrizes que possam subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às realidades do Baixo Madeira. Essas diretrizes visam promover a autonomia das comunidades e o desenvolvimento sustentável, respeitando suas especificidades culturais e territoriais.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas; Baixo Madeira; Multiterritorialidade; Justiça socioespacial; Políticas públicas.

¹ Arquiteto e Urbanista, Mestre, pesquisador, Porto Velho, RO.

² Geógrafa, Doutora, docente, Porto Velho, RO.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

INTRODUÇÃO

O território do município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, foi significativamente interpelado por ocorrências ambientais nas últimas décadas, muitas vezes atreladas à execução de grandes projetos governamentais, tendo como principal atuante na região, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) (Alentejano e Tavares, 2019). Cabe aqui como exemplo, a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, tidas como principais obras de infraestrutura do PAC (Borges, 2012) cujo reservatório gerou a inundação de amplas áreas com uma variação anual entre 31km² e 108km², tratando-se apenas da Hidrelétrica de Jirau. Entretanto, nem todas as famílias conseguiram adaptar-se ao novo estilo de vida, visto que esta nova realidade urbana conflita com a cultura e modo de vida ribeirinha (Borges, 2012).

Em 2014, Porto Velho sofreu com a histórica cheia do rio Madeira que devastou inúmeras comunidades ao atingir uma cota de alagamento de 19,14 metros, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), desafiando a resiliência dos povos tradicionais. O evento resultou em várias medidas emergenciais por parte da Defesa Civil e do poder público municipal e, em resposta a essa calamidade, o poder público buscou mitigar os impactos sobre a população afetada.

Como consequência da enchente, a comunidade de São Carlos do Jamari, no Baixo Madeira, bem como Terra Caída e Curicacas, foram algumas das diversas localidades impactadas. São Carlos sofreu danos massivos em razão do alagamento, mas as outras duas comunidades foram completamente tomadas pela enchente e seus moradores, a partir daí, ficaram sem um lar para retornar e constituíram a comunidade que viria a ser Cavalcante. Após esse processo, a comunidade tem passado por uma série de desafios, especialmente relacionados à insegurança fundiária e à ausência de apoio governamental efetivo.

Chaves (2009) discute que o modo de vida do povo ribeirinho é guiado por seus valores socioculturais e dinâmicas sociais, gerando uma resiliência que foi evidenciada em São Carlos, onde os moradores, apesar de sua vulnerabilidade,

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

demonstraram capacidade de organização comunitária para lidar com os desafios do retorno e da reconstrução. No entanto, Alves et al. (2020) sublinha que “o impacto psicológico e socioeconômico causado pela enchente ainda se faz presente, com muitas famílias enfrentando insegurança habitacional e perda de laços comunitários.”

Eventos que ocorreram em um relativo curto período de tempo evidenciam a vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas em diversos aspectos, principalmente quanto à necessidade de assistência por parte de Porto Velho e o risco de isolamento territorial. Tal cenário levanta um importante questionamento: como as comunidades ribeirinhas estão sendo assistidas pelo planejamento territorial? O meio urbano do distrito sede de Porto Velho diverge em vários aspectos de São Carlos do Jamari e Cavalcante, bem como das demais comunidades ao longo do baixo Madeira. Logo, questiona-se aqui, a flexibilidade e interesse do poder público municipal em atender às necessidades destas comunidades em conformidade com a realidade desses territórios.

METODOLOGIA

A pesquisa se baseia em uma análise de documentação oficial da Prefeitura de Porto Velho, em especial legislação e planos de intervenção de comunidades ribeirinhas localizadas no território do município. Foram utilizadas para pesquisa as legislações de: Relatórios do Plano Diretor Participativo Municipal(PDPM), Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual;

Os trabalhos de campo proporcionaram levantamentos fotográficos e coleta de dados in loco, principalmente através de contato direto com a comunidade local. Foram realizadas conversas informais com moradores, onde buscou-se questionar a percepção destes sobre os problemas da comunidade e a atuação do poder público em desenvolver soluções, além de entender suas demandas e a luta pela permanência no território.

O conceito de máquina pública, desenvolvido por autores como Bourdieu (1994) e Elias (1994), refere-se à estrutura e funcionamento das instituições estatais

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

e como elas operam na gestão de recursos, na implementação de políticas e na manutenção de um status quo político e social. Em muitas ocasiões, a "máquina pública" não funciona de forma eficiente ou inclusiva, sendo utilizada por grupos ou indivíduos para consolidar poder e privilégios, em detrimento das populações mais vulneráveis. No contexto do município de Porto Velho, a gestão das comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira, como as de São Carlos e Cavalcante, pode ser influenciada por esse modelo de máquina pública, em que as decisões políticas e a execução de políticas públicas nem sempre refletem as reais necessidades e demandas dessas comunidades.

As comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira, como São Carlos e Cavalcante, exemplificam a complexidade territorial descrita por Milton Santos (2002), que concebe o espaço como uma totalidade formada por sistemas de objetos e ações em constante transformação. Esse espaço não é apenas palco das interações sociais, mas também o produto das contradições entre o global e o local, entre o tradicional e o moderno. Essa visão dialoga diretamente com o conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2004), que evidencia como diferentes territorialidades coexistem e se sobrepõem, refletindo tanto os laços culturais e identitários das comunidades quanto às imposições externas, como a ausência de políticas públicas efetivas.

A comunidade apresenta uma dinâmica territorial marcada por intensas interações sociais e culturais, mediadas pelas condições naturais do rio Madeira e pela ausência de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, a escolha desse recorte geográfico justifica-se pela relevância da multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), que se manifesta na convivência e interdependência entre as duas comunidades, formando um espaço vivido compartilhado, mas com identidades territoriais próprias. Essa dinâmica exige um olhar atento para compreender como as relações socioeconômicas e culturais são impactadas pelas políticas ou pela ausência delas, que afetam diretamente o direito à cidade e à dignidade territorial.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

ANÁLISE DE RESULTADOS

O município de Porto Velho, por meio da SEMPOG (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão), realiza periodicamente conferências participativas não só na área central, mas também nos diversos distritos, com o intuito de coletar diretamente dos moradores as principais necessidades relacionadas ao desenvolvimento urbano local. Contudo, conforme apontado nos relatórios obtidos (SEMPOG 2024), as demandas mais frequentes referem-se a áreas como saúde e educação, que não fazem parte das responsabilidades atribuídas ao Plano Diretor Participativo. A prioridade do plano é, principalmente, o estudo e a proposição de melhorias no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano em Porto Velho. Apesar disso, as questões de saúde e educação, embora fora de sua competência direta, são registradas durante as conferências, catalogadas e encaminhadas às secretarias competentes.

A questão é que para que haja uso e inclusão das demandas recebidas do baixo Madeira nesses planos, é necessário embasamento em leis municipais que fundamentam e justificam o investimento para tais intervenções. Entretanto, demandas no distrito-sede recebem praticamente toda a atenção do poder público, já que não existem leis específicas que reservem parte do orçamento para suporte e melhorias nas comunidades ribeirinhas. Logo, as ações que ocorrem, são de apoio e sazonais, o que não supre totalmente a demanda. As comunidades precisam de melhorias fixas e de desenvolvimento progressivo dentro de seu território.

Hermínia Maricato (2021) afirma que “[...] a ausência de planejamento urbano e políticas estruturadas em regiões periféricas perpetua desigualdades e transfere às iniciativas pontuais o peso de resolver problemas de caráter estrutural” (p. 45). Nesse contexto, a atuação de universidades e institutos federais, apesar de sua relevância, enfrenta limitações diante da magnitude dos desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas. Portanto, além de reforçar o impacto dessas ações, é imprescindível investir em processos de capacitação comunitária que fortaleçam as lideranças locais e promovam soluções autossuficientes. Essa abordagem, associada ao

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

direcionamento de recursos financeiros e à ampliação do acesso à educação, poderia permitir que as próprias comunidades fossem protagonistas de suas transformações. Assim, a autonomia e a melhoria da qualidade de vida poderiam ser alcançadas de maneira sustentável, reduzindo a dependência de intervenções externas.

Rogério Haesbaert (2011) traz o conceito de multiterritorialidade, no qual argumenta-se que as comunidades ribeirinhas não estão limitadas a um único território físico, mas constroem suas identidades por meio de uma rede de espaços interligados. São os rios, as áreas de pesca, as terras agrícolas e os espaços urbanos, onde buscam acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Esse entendimento é crucial para a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades desses territórios e, mais importante ainda, respeitem as complexas relações que essas comunidades mantêm com os seus múltiplos espaços de vida.

O conceito de multiterritorialidade é essencial para compreender as dinâmicas sociais e culturais das comunidades ribeirinhas no Brasil, especialmente na Amazônia. Rogério Haesbaert (2011) destaca que os territórios vividos por essas comunidades não podem ser limitados à perspectiva geográfica tradicional de um espaço fixo e delimitado. Para ele, as comunidades ribeirinhas constroem sua existência em uma rede de territórios interconectados, que incluem os rios, as áreas de pesca, as terras cultiváveis e os centros urbanos onde acessam serviços básicos. Essa multiplicidade de espaços evidencia uma relação complexa com o território, que vai além do uso físico e engloba dimensões culturais, simbólicas e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investir em infraestrutura básica, como saneamento, energia elétrica e transporte fluvial, é essencial para garantir condições dignas de vida e criar a base para melhorias adaptadas às necessidades específicas das comunidades ribeirinhas. Segundo Becker (2007), “[...] a falta de infraestrutura compromete não apenas a qualidade de vida das populações locais, mas também a viabilidade de atividades

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

econômicas sustentáveis que podem integrar a preservação ambiental e o desenvolvimento social” (p. 112).

Ao revisar o relatório do PDPM de 2024 emitido pela secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG), notou-se que as secretarias municipais e estaduais possuem, sim, programas de apoio e políticas de desenvolvimento, mas são sazonais ou pautas genéricas para serem aplicadas de forma padronizada em áreas majoritariamente urbanas ou em processo de urbanização. O Plano Diretor Participativo Municipal é uma iniciativa necessária e de extrema importância, visto que permite às comunidades, ter voz ativa em seu planejamento perante o município. Porém não tem objetivo de executar as solicitações que coleta e foi estruturado para este fim, logo não há falha aí.

O PDPM tem o objetivo de realizar conferências nos distritos de Porto Velho em datas divulgadas à população, para que esta tenha voz ativa no desenvolvimento da sua comunidade. A entrave está no processo a partir dessa etapa, em que as solicitações nas áreas de saúde, educação e afins, são direcionadas para as determinadas secretarias municipais.

O PLOA, Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 já foi elaborado e não contempla boa parte das demandas já reincidentes. Na área da saúde, São Carlos conta com um posto de saúde/UBS e tende a permanecer assim, pelo menos até o próximo PLOA, mesmo que já tenha manifestado problemas de zoonoses em razão do grande número de cães desabrigados circulando pela comunidade. Também não possui uma farmácia municipal ou qualquer outra assistência à saúde além da UBS.

Há aqui uma identificação social mútua, mas que não descaracteriza uma comunidade da outra. O retorno dos moradores à São Carlos após a enchente e a cooperação com Cavalcante é um bom exemplo do quanto o território é importante para os moradores., que, apesar dos avisos da Defesa Civil, retornaram ao seu território tradicional e reconstruíram a comunidade para que pudessem voltar às suas casas. Principalmente porque para alguns, era o único lugar que tinham para viver, visto que o território é um espaço resultante das práticas sociais (Santos, 2000), e o

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Baixo Madeira possui sua identidade (Lynch, 1997) e merece sua valorização como tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos. 2. ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2016.

AGÊNCIA BRASIL. Governo reconhece estado de calamidade pública em Porto Velho. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/governo-reconhece-estado-de-calamidade-publica-em-porto-velho>. Acesso em: 2 jan. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Relatório sobre a crise hídrica no Rio Madeira. 2024. Disponível em: <www.ana.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2025.

ALENTEJANO, Paulo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. Terra Livre, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.

ALMEIDA, M. S.; SILVA, R. G. Mudanças climáticas e segurança alimentar: um estudo das populações ribeirinhas no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

ALVES, A.; SILVA, R.; COSTA, F. Impactos socioeconômicos de desastres naturais em comunidades ribeirinhas: o caso do Baixo Madeira em Rondônia. Porto Velho: Editora Unir, 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA. Comunidade ribeirinha no Baixo Madeira recebe energia elétrica após solicitação da deputada Lebrinha. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/comunidade-ribeirinha-no-baixo-madeira-recebe-energia-eletrica-apos-solicitacao-da-deputada-lebrinha>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BECKER, Berta K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BECKER, Berta. Fronteiras Dinâmicas: A Amazônia e os Desafios da Adaptação às Mudanças Ambientais. Porto Velho: UNIR, 2017

BECKER, Berta. Justiça Socioespacial: A Busca por Soluções para as Desigualdades Territoriais no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

BECKER, Berta. Fronteiras dinâmicas: a Amazônia e os desafios da adaptação às mudanças ambientais. Porto Velho: UNIR, 2017.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026)
www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BORGES, L. R. M. **Políticas territoriais e o setor elétrico no Brasil**: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. "A Distinção: Crítica Social do Julgamento." São Paulo: Edusp, 1994.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Relatório Anual de Atividades. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2023.

CARVALHO, Maria de Lourdes. Desenvolvimento como liberdade em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa. [Informação incompleta, favor fornecer o restante do título e dados de publicação].

CASTRO, P. R.; LIMA, J. S.; SANTOS, M. R. Saberes e territorialidades na Amazônia: memórias e resistências. Belém: EDUFPA, 2022.

COSTA, L. S. Planejamento urbano e comunidades tradicionais na Amazônia: desafios e possibilidades. Porto Velho: Editora Unir, 2018.

COSTA, Mariana. Lideranças comunitárias na Amazônia: desafios e conquistas. Porto Velho: EDUFRO, 2021.

DAGNINO, R.; PIMENTA, M. C. (2011). Multiterritorialidade e justiça socioambiental: as territorialidades dos povos tradicionais e os direitos humanos. São Paulo: Editora Annablume. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=P. Acesso em: 12 jan. 2025.

DAGNINO, R.; PIMENTA, M. C. Multiterritorialidade e justiça socioambiental: as territorialidades dos povos tradicionais e os direitos humanos. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA. Pescadores relatam dificuldades na seca histórica do Rio Madeira. 2024. Disponível em: <www.diariodaamazonia.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

ENG2016. Reflexões sobre uma comunidade ribeirinha atingida pela cheia. Anais do Encontro Nacional de Geografia. Disponível em: <eng2016.agb.org.br>. Acesso em: 08 jan. 2025.

FAMÍLIA EM SÃO CARLOS, Porto Velho, Rondônia. Disponível em: <dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 08 jan. 2025.

FERREIRA, M.; ALMEIDA, C. Extensão universitária e transformação social em comunidades ribeirinhas. Porto Velho: EDUFRO, 2022.

Gudynas, E. Los derechos de la naturaleza y las comunidades tradicionales. Montevideo: Ediciones Trilce. 2022.

Gudynas, Eduardo. "A necessidade e o desafio de alternativas ao desenvolvimento: um prefácio." Revista de Ciências Sociais, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367046964_A_NECCESSIDADE_E_O_DESAFIO_DE_ALTERNATIVAS_AO_DESENVOLVIMENTO_UM_PREFACIO. Acesso em: 28 dez. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. "Buen Vivir: Today's tomorrow." Development, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogerio. Multiterritorialidade: o espaço, o território e as práticas sociais. Editora Vozes. 2021.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Territórios e territorialidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HARVEY, David. (2000). A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP).

INCRA. Relatório sobre o reassentamento ribeirinho no Baixo Madeira. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2023. Disponível em: <https://www.incra.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA). Relatório técnico sobre impactos da seca no Rio Madeira. Manaus: INPA, 2024.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. "Amazônia e planejamento urbano: desafios e perspectivas." Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, n. 2, p. 88-102, 2021.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

KRAFT, A. G. Políticas públicas e comunidades tradicionais: um olhar sobre os desafios do Baixo Madeira. Porto Velho: Revista Geografia e Território, 2023.

Lefebvre, Henri. (2022). O direito à cidade: o território vivido e suas implicações sociais. Editora Martins Fontes. 2022.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política: o direito à cidade II. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

MARICATO, Hermínia. O direito à cidade e a periferia do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARICATO, Hermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2016.

MEDEIROS, P.; SILVA, J.; CARVALHO, A. Impactos socioeconômicos e ambientais da seca de 2024 no Baixo Madeira. Porto Velho: UNIR, 2024.

MIRANDA, A. L. A territorialidade ribeirinha no Baixo Madeira e seus desafios. Porto Velho: UNIR, 2020.

OLIVEIRA, A.; SANTOS, L. Políticas sociais e inclusão na Amazônia: desafios e possibilidades. Manaus: EDUA, 2023.

OLIVEIRA, João. Sustentabilidade e urbanização em territórios amazônicos. Cadernos Amazônicos, v. 8, n. 1, p. 45-59, 2024.

OLIVEIRA, L. R. Reassentamento de comunidades ribeirinhas no Baixo Madeira após a cheia histórica de 2014: desafios e perspectivas. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: CARVALHO, Maria de Lourdes. Desenvolvimento como Liberdade em uma Comunidade Ribeirinha da Amazônia: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família em São Carlos, Porto Velho, Rondônia. Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em: 08 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Domestic water quantity, service level and health. Geneva: WHO, 2003. Disponível em: https://www.who.int/water_sanitation_health/diseases/quantities.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. Cerca de 30 mil atendimentos já foram ofertados pela Tenda Família Cidadã em Porto Velho. Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://semasf.portovelho.ro.gov.br/artigo/45991/servico-cerca-de-30-mil->

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongo2026@unir.br
📱 @vcongo2026
🌐 vcongo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

atendimentos-ja-foram-ofertados-pela-tenda-familia-cidada-em-porto-velho. Acesso em: 11 jan. 2025.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. Relatórios de impacto da enchente de 2014. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. Resíduos sólidos: Prefeitura de Porto Velho acompanha início da coleta de lixo nas comunidades do Baixo Madeira. Prefeitura de Porto Velho, 2024. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. Relatório do Orçamento Participativo 2025. Porto Velho: SEMPOG, 2024. Disponível em: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/32362/relatorios-das-audiencias-publicas>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PRONAF. Relatório Anual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pronaf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Manoel. Desafios socioambientais na Amazônia: conflitos e resistências. Manaus: EDUA, 2020.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Aline; OLIVEIRA, João. "Políticas públicas e Resex na Amazônia: avanços e desafios." Boletim Amazônico, v. 10, n. 2, p. 100-112, 2022.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEMPOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Relatório de Gestão 2024. Porto Velho: Prefeitura de Porto Velho, 2024.

SILVA, Camila. Paisagem, cultura e identidade: dinâmicas territoriais em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Belém: NAEA, 2022.

SILVA, L.; COSTA, P. A gestão pública e as populações vulneráveis: lições da enchente do Rio Madeira. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 17, n. 2, p. 45-67, 2021.

SILVA, Maria José. "Urbanização e comunidades ribeirinhas no Baixo Madeira: um estudo sobre o planejamento e as dinâmicas socioespaciais." Relatório de Pesquisa da UNIR, Porto Velho, 2023.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/